

A proposta de Reforma do CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão de CO2) hoje publicada não protege as Refinarias Europeias da denominada fuga de carbono, isto é, da concorrência de Refinarias extracomunitárias que não pagam o CO2 que emitem, porque a tal não se encontram obrigadas.

A FuelsEurope e a Apetro congratulam-se com o reconhecimento por parte da Comissão Europeia da importância de uma proteção efetiva à “fuga de carbono” em geral e também com o reconhecimento do papel chave que as indústrias com utilização intensiva de energia (IIE) representam na economia europeia. A proposta de reforma do CELE recentemente apresentada, não oferece no entanto as alterações estruturais para o melhoramento das atuais regras de proteção à fuga de carbono, o que lamentamos. Como resultado de uma deficiente alocação de títulos de carbono gratuitos logo ao início da Fase III, a indústria de Refinação de Petróleo já se encontra parcialmente exposta ao risco de fuga de carbono. O sector necessita da aplicação imediata de soluções simples, equitativas e eficazes para a contenção da fuga de carbono a partir de 2020. Infelizmente, os atuais defeitos do sistema que repetidamente foram apontados e que, pelo que nos é dado a conhecer nesta proposta de revisão, continuam sem ser corrigidos, serão responsáveis durante a fase IV do CELE e de acordo com os cálculos preliminares da FuelsEurope, pelo custo adicional de 10b€ nas refinarias Europeias.

A 9 de Julho de 2015 a FuelsEurope juntamente com outras IIE, apelaram à Comissão Europeia para que aplicassem os seguintes princípios na regulamentação da atribuição gratuita de títulos de emissão no processo de revisão do CELE oportunamente anunciado:

- Manutenção da competitividade das melhores unidades de cada sector (*Best performers*): atribuição de uma proteção total para os custos diretos e indiretos de carbono, incentivando desta forma as outras instalações a acompanhar os processos e eficiência conseguidos.

Apesar deste apelo, a proposta da Comissão hoje publicada continua a limitar o número total de títulos, aplicando um fator de correção uniforme para toda a indústria, que penalizará todas as instalações de refinação europeias independentemente da sua performance.

A maioria das unidades europeias não tem hoje custos de carbono comparáveis aos da sua concorrência global, pelo que continuará cada vez mais sujeita ao efeito de fuga de carbono.

- Suporte à melhor sincronização da atribuição de títulos com os níveis reais/atuais de produção

Pretendia-se desta forma evitar o desfazamento que atualmente se verifica entre os títulos atribuídos gratuitamente e a real necessidade de títulos por parte da indústria. Infelizmente, na versão hoje proposta, fica ainda incerta a posição da Comissão sobre esta questão.

- Estabelecer as bases do regulamento em *benchmarks* técnica e economicamente atingíveis, refletindo a real performance da indústria.

A indústria da refinação já hoje está indexada a um *benchmark* bastante restritivo e a suplementar exigência de uma redução anual de 1%, necessariamente teórica e desligada da realidade industrial subjacente, não mais fará do que prejudicar cumulativamente este sector.

- Gerir o impacto negativo do CELE nos preços da energia elétrica, colocando as IIE Europeias em desvantagem relativamente aos seus restantes competidores globais.

A falta de procedimentos comuns na proposta da Comissão, para um tratamento harmonizado de medidas de compensação para esta reconhecida desvantagem, deixará as Refinarias europeias – para as quais os custos indiretos de energia representam em média quase 30% dos custos totais do CELE – mais uma vez desprotegidas relativamente aos seus competidores globais que por sua vez beneficiam de custos de eletricidade muito mais baixos.

A propósito desta problemática, John Cooper, diretor geral da FuelsEurope, declarou recentemente:

Baseados na proposta hoje apresentada pela Comissão Europeia, mesmo que se tenha uma perspectiva otimista de melhoramentos na eficiência de emissões de CO2 das refinarias europeias, a nossa indústria será confrontada com um défice de alocação de títulos gratuitos de emissão, da ordem das 350 Mton de CO2 durante a fase IV. Ao preço de 30€/Ton de CO2, este défice representará um valor aproximado de 10b€. Este valor iria aumentar os atuais custos de refinação em 0.23€/barril, unicamente para cumprimento de disposições legislativas europeias, o que agravaria ainda mais a difícil situação económica a que esta indústria europeia tem estado sujeita durante estes últimos anos.

John Cooper acrescentou ainda que *“dado que todos os produtos de petróleo são negociados globalmente, a indústria Europeia de refinação não tem qualquer possibilidade de transferir os custos adicionais relativos ao CO2 na Europa comunitária aos seus clientes pelo que só lhe restará perder mercado para os seus concorrentes exteriores.”*

A Apetro associa-se portanto à FuelsEurope, reclamando do Concelho e Parlamento Europeus, as alterações a esta proposta, que assegurem que a indústria de Refinação de petróleo europeia, que é chave em diversas cadeias de valor da economia europeia e na sua segurança de abastecimento, se mantenha competitiva em consequência de uma adequada proteção.

Apetro 16/07/2015